



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A REALIDADE DA AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA DE NOVA
SERRANA/MG: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO
DE LACERDA**

ANTÔNIO REIS DINIZ

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A REALIDADE DA AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA DE NOVA
SERRANA/MG: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO
DE LACERDA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão de Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Renato Lopes dos Santos do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o processo de avaliação da aprendizagem na Escola Municipal José Américo de Lacerda, em Nova Serrana/MG. Percebe-se, em relação à avaliação da aprendizagem, que apesar dos avanços acontecidos nas últimas décadas, ainda existe uma resistência muito grande por parte de educadores quanto às inovações e propostas para uma avaliação mais humanizada que busque a qualidade e não a quantidade em um processo onde o avaliar seja contínuo e que proporcione ao aluno um avanço progressivo e qualitativo em seu processo de aprendizagem. Este trabalho buscou alternativas para que se resolva ou atenuem estas discrepâncias entre o que se pratica e o que seja o ideal. Evidenciou-se a importância da participação do gestor neste processo seja como incentivador das novas práticas, seja buscando valorizar a formação continuada dos professores, seja estimulando o contato dos professores com bibliografias recentes sobre o assunto e, sobretudo, procurando o envolvimento da comunidade escolar para que as mudanças aconteçam de fato.

Palavras-chave: educação, avaliação, qualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
A REALIDADE DA AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA DE NOVA SERRANA/MG: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA	7
1. Avaliação da aprendizagem: uma abordagem inicial	7
2. Novas perspectivas da avaliação da aprendizagem: o caso da Escola Municipal José Américo de Lacerda	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	16
ANEXO Projeto Político Pedagógico	17

INTRODUÇÃO

O momento atual exige que se faça uma reflexão entre o que se tem proposto nos documentos oficiais e bibliografias mais recentes que discute teórico-metodologicamente a avaliação e o que se efetiva como prática na escola.

Em conversas com professores nas escolas, em encontros, cursos e seminários percebe-se uma contradição entre o que é proposto nos documentos e bibliografias atuais sobre avaliação da aprendizagem e o que se tem praticado nas escolas.

O que pode ser percebido é que ao se avaliar a aprendizagem, apesar dos avanços ao longo das últimas décadas, ainda existe uma resistência muito grande por parte de educadores quanto às inovações e propostas de uma avaliação mais humanizada, que busque a qualidade e não a quantidade de um processo onde o avaliar seja contínuo e que proporcione ao aluno um avanço progressivo e qualitativo em seu processo de aprendizado.

Para muitos, a avaliação escolar ainda é vista apenas como sinônimo de nota, de um instrumento para decidir quem passa de ano ou repete. Sendo pensada em termos de seleção e classificação, de contar o número de respostas certas e dar uma nota ao aluno.

De acordo com Luckesi (1997), a prática educativa nas escolas brasileiras ainda se encontra direcionada para uma “pedagogia do exame”, ou seja, o que se busca não é a qualidade do processo avaliativo, mas, sim, a utilização deste processo enquanto meio coercitivo e de manutenção do poder por parte dos professores. O processo avaliativo ainda é seletivo e discriminatório e está voltado para a manutenção dos percentuais de aprovação e reprovação.

Atualmente, ainda existem professores, pais e alunos que consideram a avaliação apenas como prova, ou seja, um instrumento para medir o conhecimento e classificar os alunos em aprovados ou reprovados.

Mesmo entre educadores existe uma variedade muito grande de conceitos sobre o que seja uma avaliação.

A avaliação deve ser vista como um meio de se diagnosticar os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos, pois assim é que se poderá, verdadeiramente, praticar uma avaliação de qualidade e que possa proporcionar a

todos, de forma equitativa, a garantia de um processo de aprendizagem onde prevaleça a qualidade e o respeito às reais condições do aluno.

Através do processo contínuo de avaliação o professor obtém os conhecimentos necessários para se fundamentar teoricamente e refletir acerca de sua prática pedagógica diária no processo de ensino/aprendizagem.

O objetivo deste trabalho é discutir acerca da importância da avaliação escolar na Escola Municipal José Américo de Lacerda e o quanto esta pode contribuir para o avanço, sucesso ou mesmo o fracasso da aprendizagem do aluno e, como consequência, contribuir para que o professor repense sua prática da avaliação e proporcione aos seus alunos novas oportunidades de crescimento intelectual.

Ademais, realizou-se levantamento bibliográfico sobre a importância da avaliação e da aprendizagem no processo educativo, bem como se buscou informações sobre a importância da avaliação da aprendizagem no processo educativo na Escola Municipal José Américo de Lacerda, além de refletir o motivo pelo qual o processo avaliativo ainda é seletivo e discriminatório e analisar como seria uma avaliação eficaz e que promovesse o crescimento intelectual dos alunos.

No que tange ao referencial teórico, elegeu-se como teóricos: Luckesi (1997), Darsie (1996), Rabelo (2004), dentre outros.

Luckesi (1997) enfatiza que a avaliação deve ser vista como um ato de amor, de aceitação, de acolhimento. Aceitação de uma situação seja ela qual for e, a partir daí, buscar uma situação melhor, mais favorável à construção do conhecimento, tal construção do conhecimento deve ser vista enquanto ação conjunta, participativa.

De acordo com Luckesi (1997):

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos. (p. 43).

A escola tem um papel crucial na formação e no desenvolvimento do ser humano, pois é através dela e da aprendizagem que a criança inicia o processo de construção de si mesma e da sociedade na qual está inserida. Segundo Darsie (1996):

A educação escolar é orientada por metas constituídas de intenções que se fazem presentes em todo o processo de ensino-aprendizagem. Tais intenções da ação educativa tomam determinado sentido se considerarmos a natureza social e a função socializadora da educação escolar, que terá como razão última promover o desenvolvimento humano. (p. 48).

Para que a proposta de uma educação orientada para a formação humana seja posta em prática é preciso que todos se vejam envolvidos na construção de um currículo. Tal currículo deve contemplar todos os aspectos de uma ação didática no sentido de conduzir, professor e aluno, às ações de experimentar, investigar e desenvolver a criticidade.

A avaliação da aprendizagem só terá sentido e atingirá os seus objetivos se, da mesma forma que o currículo, assumir um caráter transformador e comprometido com a formação humanista.

Tendo como referência os autores eleitos para a realização deste trabalho, diante das exigências da sociedade atual e das demandas que exigem da escola a preparação de alunos cada vez mais capacitados, ativos e críticos que intervenham na realidade em que vivem, percebe-se que o professor encontra na avaliação uma oportunidade de aproveitar as vivências dos alunos fora do ambiente escolar, proporcionando a eles a aquisição de conhecimento significativo e útil na sua vida.

A REALIDADE DA AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA DE NOVA SERRANA/MG: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA

1. Avaliação da aprendizagem: uma abordagem inicial

O presente estudo tem como objetivo analisar os processos de avaliação da aprendizagem realizados na Escola Municipal José Américo de Lacerda, em Nova Serrana/MG.

A finalidade da avaliação é medir os resultados alcançados durante um estudo, os avanços ou mesmo os retrocessos neste processo para buscar as soluções mais acertadas para que sejam resolvidos os problemas que forem apresentados.

Nesse sentido, entende-se que o principal objetivo da avaliação é verificar se os objetivos educacionais propostos foram alcançados, bem como o ponto em que os alunos se encontram no processo de aprendizagem.

Contudo, ao analisar como está sendo realizada a avaliação da aprendizagem nas escolas, percebe-se ainda que existe questões que necessitam de profundas reflexões, a começar pela prática pedagógica de uma parcela significativa de profissionais que atuam nas escolas de Ensino Fundamental em Nova Serrana.

A posição de Luckesi quanto a este aspecto do processo avaliativo é a de que:

[...] a escola não pode continuar trabalhando com verdades absolutas, prontas e acabadas, inclusive no que diz respeito ao tema avaliação. Precisa investigar, indagar, avaliar a todo instante o seu labor, sua ação educativa e, neste sentido, não podemos nos esquecer de que a avaliação é um processo que 'não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim, dimensionada por um modelo teórico de mundo e', conseqüentemente, 'de educação', que possa ser 'traduzido em prática pedagógica'. (2004, p. 11-12).

O texto "A avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária", disponível no Curso de Especialização em Gestão Escolar da UFMG, sintetiza o que seria uma prova, instrumento utilizado na maioria das escolas brasileiras, como forma de avaliar os alunos. Referido texto faz menção

à prova como um caminho para “nos mostrar um momento mais ‘congelado’ da aprendizagem do aluno.” (SOUZA, 2013, p. 2).

A avaliação da aprendizagem do aluno não pode ficar atrelada a um momento da aprendizagem e muito menos a um momento congelado, conseqüentemente frio e distante. A prova pode ser um dos instrumentos utilizados na avaliação, mas jamais o único, pois a avaliação deve ser um processo contínuo que promova um avanço progressivo e qualitativo na aprendizagem.

Considera-se muito importante refletir sobre a avaliação da aprendizagem diante da realidade que se apresenta nas escolas. Na atualidade, por um lado, sabe-se que a aprendizagem acontece quando os alunos são estimulados a construir os conceitos. Por outro lado, encontramos professores autoritários e presos a modelos tradicionais que com suas atitudes não conseguem formar alunos críticos e autônomos.

Esses professores não conseguem o sucesso esperado em seu trabalho, pois estão muito distantes dos alunos, se apresentam num patamar tão elevado que os alunos não conseguem alcançá-los.

Para que o ensino e a aprendizagem possam de fato acontecer, não basta informações organizadas e fechadas sobre conteúdos a serem desenvolvidos na educação escolar, pois o processo de ensino/aprendizagem só se efetivará se esses conteúdos trazidos pelos professores se entrelaçarem com os do aluno tornando-se consistente e coerente para todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

Mediano (2002) aponta para estudos que corroboram o pouco entendimento que os professores têm acerca do que seja avaliação, pouco entendimento este que reflete diretamente em suas práticas pedagógicas e, em consequência, nas suas avaliações.

A avaliação não pode ser excludente, não pode “ignorar a cultura dos alunos, especialmente daqueles provenientes das camadas populares” (MEDIANO, 2002, p. 13).

Referido autor, afirma ainda que:

Frequentemente se vê utilizar a avaliação como instrumento para conseguir a disciplina que não se consegue obter por outros meios. Tal comportamento leva a uma distorção do significado que uma prova deve ter. De instrumento para aquilatar como se está dando a aquisição do conhecimento, passa a ter um aspecto disciplinador, demonstrando todo o caráter autoritário que a reveste. Aliás este é um dos maiores problemas

para se chegar a um entendimento mais adequado da avaliação: o professor a usa como instrumento de poder. Ele a usa nos momentos difíceis, para fazer valer a sua autoridade ou para demonstrar sua força. E o aluno vai internalizando essa conceituação: 'avaliação é aquilo que o professor faz com a gente, quando a gente faz bagunça, para dar um castigo.' (MEDIANO, 2002, p. 13).

Os professores ainda descrentes ou mesmo entorpecidos por práticas ultrapassadas precisam despertar para a nova realidade educacional, onde o trabalho, o desejo, o sonho, o fazer juntos, a união e a interação sejam os pilares da educação.

2. Novas perspectivas de avaliação da aprendizagem: o caso da Escola Municipal José Américo de Lacerda

Felizmente a visão tradicional da avaliação que consistia em aplicar uma prova, corrigi-la, dar uma nota e depois classificar os alunos em aprovados ou reprovados vem sendo abandonada por boa parte dos educadores, embora ainda existam educadores presos a esta concepção.

Luckesi (1997) descreve a realidade encontrada na maioria das escolas brasileiras no que se refere às avaliações da seguinte forma:

[...] os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem. (p. 18).

Para que seja transformadora, a avaliação deve ser intencional, ou seja, buscar transformar professor e aluno para que estes sejam sujeitos de suas próprias ações (DARSIE, 1996).

A avaliação segundo Rabelo (2004) é de fundamental importância durante o processo educativo para que este atinja sua real intenção, ou seja, a realização de um trabalho alicerçado na ação-reflexão-ação.

Ainda de acordo com Rabelo,

Precisamos fazer com que nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção de forma inconsciente e não refletida. [...]. Assim, avaliar não pode ser um ato mecânico nem mecanizante para que possamos contribuir para a construção de competências técnicas e sócio-política-culturais. (2004, p. 11).

Observa-se através de conversas informais com os professores que alguns fatores têm dificultado as mudanças no processo de avaliação da aprendizagem na Escola Municipal José Américo de Lacerda, podendo-se assinalar os seguintes:

- * Muitos professores tem uma formação fraca e sem consistência. Os reflexos deste preparo se refletem na sua forma de avaliar os alunos com avaliações mal elaboradas e sem objetivos.
- * Ansiedade, insegurança e resistência dos professores ao “novo”. Para muitos professores é mais fácil elaborar uma prova mensal ou bimestral do que avaliar continuamente os alunos.
- * Acomodação: mudanças na forma de avaliar exigem reflexões, análises, envolvimento e muitos professores acham que mudar a forma de avaliar é algo muito trabalhoso ou difícil.
- * Professores que tem uma prática educacional baseada em modelos tradicionais que ainda veem a avaliação como um processo meramente classificatório e autoritário: passou / não passou. Muitos destes professores agem de acordo com a formação que recebeu baseada no modelo tradicional e consideram o processo avaliativo como preparar a prova, aplicar a prova, dar nota para o aluno que vai repetir ou passar de ano.
- * Professores que utilizam a avaliação como forma de subjugar os alunos, como um instrumento capaz de conter problemas de indisciplina de alunos.

O próprio Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Américo de Lacerda destaca que a “avaliação do desempenho do aluno é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Assim como também destaca que “a escola procurará avaliar e promover o desenvolvimento do educando e incentivá-lo a avançar e procurar formas de transformar o meio em que vive.” (PPP, ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA, 2013).

Diante deste projeto e das novas propostas para avaliação faz-se necessário uma mudança de postura, de atitude e de ação destes professores que ainda não aceitaram as mudanças no modo de avaliar.

No processo de avaliação o professor deve conhecer os seus alunos, os seus avanços e as suas dificuldades. Como também o próprio aluno deve aprender a se avaliar e descobrir o que é preciso mudar para garantir um melhor desempenho. Os alunos devem refletir sobre sua forma de aprender e de se relacionar de forma a alterar as regras, quando necessário, para que todos alcancem os objetivos estabelecidos coletivamente.

Existem muitos instrumentos que podem ser utilizados para avaliar os alunos: prova de consulta, arguição, exposição oral, pesquisas, trabalhos, jogos, entrevistas.

O professor deve ter um olhar atento, pois as observações constituem também instrumentos avaliativos.

Observa-se, também, nesta escola uma discrepância entre o que se prega e o que realmente se aplica. Não basta estar explícito no Projeto Político Pedagógico da Escola e ter o amparo legal da LDBN de 1996 para que se atenda às novas exigências com relação à avaliação.

Sobre este aspecto, Esteban (2001) assinala que:

Muitas vezes observamos, tanto na sala de aula quanto nas propostas que chegam à escola, a manutenção da prática de avaliação fundamentada na lógica classificatória e excludente, ainda que a prática adquira uma aparência inovadora e que o conceito de avaliação escolar associado à quantificação do rendimento do/a aluno/a seja objeto de inúmeras e profundas críticas. (p. 121).

Esteban (2001) também alerta que apenas a concepção de avaliação qualitativa adotada nas escolas não assegura a real transformação que se espera, pois:

As concepções qualitativa e quantitativa mantêm o sujeito individualizado e não consideram a dimensão social da constituição da subjetividade, de suas características peculiares, de suas possibilidades, de suas dificuldades, etc., conservam a concepção de que é necessário harmonizar o indivíduo às condições postas. (p. 122).

Uma das maiores vantagens apresentadas pela avaliação qualitativa é que o professor e o aluno possam dialogar e corrigir juntos os possíveis erros. O aluno é incentivado a participar do processo de construção do conhecimento, a descobrir novas maneiras de estudar e de encontrar respostas.

O texto “A avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária” disponível no Curso de Especialização em Gestão Escolar da UFMG esclarece sobre a importância das informações resultantes das avaliações para a gestão escolar:

De qualquer forma, as informações resultantes de todos esses métodos de avaliação da aprendizagem são muito importantes para a gestão escolar, como também o são as resultantes da avaliação institucional, pois, como vimos, a avaliação procura dar uma base sólida para que os problemas sejam resolvidos, sejam eles os que ocorrem em uma classe, ou os que ocorrem na escola, ou na rede/sistema de ensino. (SOUZA, 2013, p. 2).

Dessa forma, o gestor escolar deve ficar atento ao processo de avaliação da aprendizagem da escola, pois o resultado das avaliações deverá ser usado para redimensionar o planejamento das atividades escolares e também servirá como ponto de partida, para buscar as soluções que se fizerem necessárias.

Muitos problemas apresentados pelos professores relacionados às avaliações poderiam ser resolvidos através de incentivo a leituras e a formação continuada. O professor deve estudar continuamente a fim de manter-se atualizado com a nova realidade escolar que vivenciamos e para que sejam estimulados a mudar de postura e livrar-se de hábitos e atitudes ultrapassadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas reflexões e análises realizadas neste trabalho espera-se ter contribuído para que a avaliação da aprendizagem adquira uma função diagnóstica, dialógica e transformadora da realidade.

Para o gestor escolar, a análise das avaliações de aprendizagem constitui importante instrumento para mudar a realidade escolar, buscar parcerias e proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, que é o principal objetivo da escola.

Pelo estudo realizado ficou evidenciada a importância da avaliação contínua, qualitativa, cumulativa e sistemática para diagnosticar o nível de aprendizagem do aluno, buscar novas estratégias de ensino e/ou realizar as intervenções que se fizerem necessárias.

A avaliação é procedimento necessário e muito importante. O objetivo da avaliação deve ser detectar o que foi aprendido pelo aluno para verificar se poderá continuar o estudo ou se é necessário voltar ao ponto onde foi detectada a defasagem.

Entretanto, para que sejam alcançados os objetivos da avaliação é necessária uma mudança de postura por parte de uma parcela de educadores, pais e alunos.

Percebe-se a necessidade de formação continuada para os professores, para que estes estejam atualizados com a nova realidade e, em muitas situações, tenham uma mudança de postura.

Caberá ao gestor escolar incentivar e promover situações que favoreçam a formação continuada dos professores como participação em encontros, cursos e seminários, o estímulo a leituras e ao contato com as bibliografias mais recentes que discutam o assunto avaliação.

A formação continuada é um meio de se refletir sobre a prática na sala de aula, manter contato e troca de experiências com outros profissionais da educação, o que é muito enriquecedor.

O gestor escolar deve procurar junto à comunidade escolar apoio para realizar mudanças no modo de avaliar e mostrar a importância da avaliação contínua

e qualitativa, pois só assim o aluno deixará de ser um sujeito passivo e passará a ser protagonista do processo ensino/aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no seu art. 24, inciso V, aponta para uma avaliação “[...] contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.”

Na atualidade, a avaliação não pode ser apenas uma reprodução de conceitos, e aquele aluno que não consegue fazer a reprodução de forma satisfatória ser excluído. A avaliação tem como objetivo a inclusão e não a exclusão, como acontecia no passado. O aluno não pode, de maneira alguma, ter medo de errar, pois o erro é o elo mediador entre a relação professor e aluno. É através do erro que o professor buscará novas alternativas para a aprendizagem.

O que se espera do professor frente à avaliação é que na sua prática ele parta das vivências trazidas pelos alunos para na interação com o tema abordado e os conhecimentos técnicos se construam a aprendizagem. E que ela seja significativa e estimulante para o aluno.

Desta forma, a avaliação deixaria de ser um instrumento de controle, de classificação e/ou exclusão e atingiria sua real finalidade de diagnosticar o que foi aprendido, para assim realizar as intervenções necessárias a fim de se garantir a aprendizagem.

Por fim, acrescenta-se que não há de se esperar uma mudança radical. As mudanças são gradativas. Mas o importante é que ocorram. Assim, como quando se planta uma semente que aos poucos vai se abrindo para o novo, devagar até chegar à plenitude de uma planta madura e forte.

É o que se espera da avaliação da aprendizagem que chegue um dia, que as sementes brotem e uma nova realidade venha à tona. Um trabalho significativo, estimulante e que proporcione amplas possibilidades de crescimento para os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 junho 2013.

DARSIE, Marta Maria Pontin. **Avaliação da aprendizagem**. Cad. Pesq. São Paulo, n.9, p. 47-49, nov. 1996.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MEDIANO, Zélia D. **Avaliação da Aprendizagem na Escola de 1º Grau**. Disponível: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/136.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2013.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal José Américo de Lacerda. Nova Serrana-MG, 30 p.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo, et al. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12844>>. Acesso em: 06 junho 2013.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**ANTÔNIO REIS DINIZ
JANICE PEREIRA LINO SILVA
RENATO RAIMUNDO DA SILVA
ROSA MARIA DA SILVA LACERDA**

BELO HORIZONTE, 2013

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho acadêmico apresentado a disciplina Projeto Vivencial da Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar sob a orientação da Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
3. CURRÍCULO	9
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	19
7.1 Avaliação no processo de planejamento participativo.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXOS	26

INTRODUÇÃO

As atividades escolares têm como objetivo atingir os resultados educacionais da legislação em vigor e principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96. Dessa forma, são necessárias reflexões sobre as ações a serem realizadas. É nesse contexto que surge o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Américo de Lacerda em Nova Serrana - Minas Gerais. Uma necessidade de construção de uma proposta de educação para os alunos com os quais a escola trabalha, buscando elevar sua eficiência e tendo como propósito principal a qualidade do ensino que ela oferece.

No Projeto Político Pedagógico (PPP), são incluídos todos os dados e informações, diretrizes e normas do trabalho pedagógico e administrativo. Este documento deve ser visto como um "processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção do processo democrático de decisões," conforme afirma Veiga (1996 s.p). E para atender tais parâmetros, este projeto estabelece uma reflexão acerca de eixos norteadores de seu trabalho e busca responder à indagação sobre que aluno se deseja formar em tempos de avanços acelerados do conhecimento e da tecnologia.

Busca analisar sua estrutura organizacional, tanto a administrativa, que se refere aos recursos humanos, físicos e financeiros, quanto a pedagógica, que se referem às questões de ensino aprendizagem. Busca explicitar a organização dos grupos, os critérios e as nomenclaturas, a organização e planejamento de suas ações bem como o ensino e aprendizagem, expressos no currículo; a organização do tempo e do espaço da instituição; o clima escolar, ou seja, a relação escola/comunidade; a gestão da escola e a avaliação no sentido mais amplo.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) busca promover enfim, mudanças qualitativas através de planejamentos que visam um futuro educacional cada vez melhor com diretrizes e propostas de organização desenvolvidas por esta escola. A sociedade novasserranense hoje enfrenta muitos problemas e uma boa parte é vivida no

cotidiano dos educandos e da escola. Assim torna-se indispensável a participação da comunidade escolar na avaliação e reelaboração deste documento.

Uma questão a ser enfrentada pela Escola Municipal José Américo de Lacerda, é o avanço tecnológico e a rapidez das informações, o que torna necessário uma maior capacidade de iniciativa em combater as diferenças sociais e os preconceitos. Deixar de lado as intolerâncias nas relações interpessoais e realizar novas formas de participação da comunidade. Sabe-se que a metodologia participativa prioriza aspectos da aprendizagem significativa, propicia o interesse pelas dimensões do saber e o respeito à diversidade cultural. Tais aspectos também são valorizados no presente trabalho.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda é uma instituição educacional localizada na Rua Coronel Pacifico Pinto, número mil quinhentos e cinqüenta, no Bairro Santa Luzia, Telefone 37-3226-4511, e-mail: emjoseamerico@hotmail.com., município de Nova Serrana, Minas Gerais. Ela pertence ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, vinculado a 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e se organiza a partir de orientações da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana.

A escola tem dezessete anos de funcionamento, atende a uma clientela na sua maioria de baixa renda, principalmente filhos de operários das fábricas do setor calçadista, residentes nos Bairros São Geraldo, Santa Luzia, Santana, André Freitas, Laranjeiras, São José e adjacências. Sua clientela é formada por estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, do Ciclo de Alfabetização ao Ciclo Complementar (anos iniciais), e do sexto ao nono ano (anos finais). Vale lembrar que esta instituição trabalha sempre dentro dos princípios básicos da LDBEN.

Faz-se necessário, portanto, repensar esta escola como uma instituição que pode tomar diferentes rumos, em conformidade ao tipo de política adotada, entendendo esta como uma escolha, com diretrizes claras e intervenções conscientes em sua execução. O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa esse norte, um guia para uma escola aberta, democrática e que busca a qualidade total em educação.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

Sabe-se que a função social da escola é promover ao aluno o acesso ao conhecimento sistematizado e a partir dele, a produção de novos conhecimentos. Preocupa-se portanto, em formar um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda, está embasada e afinada com o que prevê a Constituição Federal e a LDBN (Lei n. 9394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e também o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como atender às demais normas aplicáveis, vigentes e supervenientes de nível Federal, Estadual e Municipal.

Esta instituição procura enfim, por meio do Projeto Político Pedagógico, oferecer aos alunos uma educação de qualidade, formar o cidadão consciente de seus direitos e deveres, sem discriminações que possam marcar sua trajetória escolar, busca exercer o direito de ser, aprender e conviver.

O Projeto Político Pedagógico da escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de provação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (MINAS GERAIS, SEE, 1997, p. 2).

Para Barbier (1996), "projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente sobre suas soluções". O presente documento, elaborado por representantes de cada segmento, visa garantir a construção da identidade da própria escola, respeitando as diferenças regionais, seus problemas e soluções e as especificidades da comunidade local. O foco é a gestão democrática, caracterizada pela participação da comunidade escolar na tomada de decisões, fator que eleva o desempenho acadêmico dos discentes e valoriza o trabalho do corpo docente.

Visa enfim, o desempenho satisfatório do aluno, a transformação da escola em um ambiente cada vez mais agradável e acolhedor para que o educando possa

desenvolver suas capacidades intelectuais, o que gera um processo de inclusão e socialização e de valor às diferenças individuais. Ele permite que a escola, junto com a comunidade, repense constantemente o seu papel pedagógico e sua função social. Ajuda a refletir se a escola que temos está voltada para os interesses políticos, se discrimina e produz mecanismos de controle que impedem os estudantes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

No contexto da Escola Municipal José Américo de Lacerda, há profissionais competentes e capacitados, bem como condições físicas e pedagógicas para atender os anseios dos alunos, no sentido de ter uma educação de qualidade a médio e longo prazo, de respeitar e valorizar as experiências. Acredita-se portanto, que esta instituição está apta para a formação e transformação dos alunos em cidadãos críticos e reflexivos, pessoas que podem transformar a atual realidade e construir um mundo mais justo e igualitário.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Sabe-se, que a estrutura e organização de uma escola influencia no processo ensino aprendizagem, uma vez que uma boa estrutura física oferece maior conforto aos alunos e aos profissionais e a estrutura pedagógica no espaço escolar ampara melhor o aluno, professor, diretor e supervisor, tendo respaldo tanto nas leis como no entendimento dos objetivos e metas a serem alcançadas.

“ As pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferente quando a igualdade os descaracteriza”. (SANTOS, 1997, p. 112).

A Escola Municipal José Américo de Lacerda faz parte do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, se estrutura através da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Nova Serrana. A equipe administrativa da escola organiza a gestão dos recursos físicos, humanos e financeiros, é composta por um gestor escolar e dois vices, sendo um no turno matutino e outro no vespertino e uma secretária escolar. As condições de funcionamento desta instituição são satisfatórias, possui espaço adequado e equipamentos para que o ensino aprendizagem aconteça de forma adequada e organizada.

A estrutura pedagógica de uma escola refere-se à forma de organizar a parte educativa, para que a escola seja eficiente e eficaz e atinja suas finalidades na aprendizagem de acordo com o currículo. A equipe pedagógica da Escola Municipal José Américo de Lacerda é formada por três pedagogos, sendo um em cada turno e o outro se dividindo em dois turnos, dois auxiliares de biblioteca e cinquenta e dois professores.

O apoio administrativo refere-se aos profissionais que participam da escola e que têm vínculo empregatício ou pertencem a outras secretarias municipais, mas que trabalham diretamente na escola com alunos e professores. Ele é formado por um monitor, vinte auxiliares de serviços gerais, cinco auxiliares de educação, um porteiro e dois vigias noturnos. Vale salientar que tanto a estrutura administrativa, quanto a estrutura pedagógica atende às necessidades da escola de forma eficiente.

Atualmente, a escola atende a oitocentos e trinta e oito alunos, sendo setenta e dois alunos da Educação Infantil, trezentos e sessenta do primeiro ao quinto ano, quatrocentos e seis do sexto ao nono ano, com uma equipe de noventa e seis funcionários. Conta com cinquenta e dois professores, cinco auxiliares de secretaria, dois auxiliares de biblioteca, um professor recuperador, três professores eventuais, um monitor, um porteiro, dois vigias, vinte auxiliares de serviços gerais e dois professores de informática.

O prédio é próprio e encontra-se em bom estado de conservação. Tem em sua entrada uma pequena recepção e grandes paineiras. Sua infraestrutura é constituída de vinte e uma salas de aula, uma biblioteca ampla, um laboratório de informática com ar condicionado e equipado com computadores modernos e conectados à internet, sala de multimídia com cadeiras estofadas para melhor conforto dos alunos e professores, sala multifuncional para atender a alunos com necessidades especiais e/ou defasagem de aprendizagem.

Conta também com a sala para pedagogos, secretaria escolar, cantina, almoxarifado para material de limpeza e almoxarifado de alimentos. Possui nove sanitários sendo dois com acessibilidade, escovódromo, sala de direção, sala de professores, quadra coberta, quadra de areia, um quiosque, pátio com banquinhos de madeira e uma sala de acervo bibliográfico.

O artigo 2º da Lei Diretrizes e Bases (LDB), afirma que a educação é "dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" Brasil (1996). Mas a escola é o local de convivência dos sujeitos que também agem em prol dessa educação.

De acordo a afirmativa anterior, a escola precisa se preparar para desenvolver no sujeito o seu pensamento, a se comunicar e a construir uma linguagem própria, a usar a informação e o seu conhecimento para viver em um mundo em transformação. Trata-se nesse caso não somente dos recursos físicos e financeiros,

mas principalmente às interações políticas e aos recursos humanos. Torna-se necessário então ao educador, que ele se prepare para um novo modo de educar.

3 CURRÍCULO

O currículo é modo de planejar a transmissão do conhecimento e organizar a metodologia coletiva usada na construção deste processo proporcionando assim os meios necessários para sua real efetivação. Segundo o Guia do Diretor Escolar (2006, p. 19) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), o currículo é:

Um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução de ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes.

Os conteúdos curriculares geralmente se orientam pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na Resolução SEE n. 1086/2008 para os anos iniciais e no Conteúdo Básico Comum (CBC) para os anos finais. Para realizar seus objetivos, o currículo deve ter a concepção de educando e da sociedade que se deseja formar.

A organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho por sua vez, devem estar em acordo com os preceitos legais, do art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e em seu núcleo é necessário uma parte diversificada, ou seja, as disciplinas de interesses municipais e regionais.

O currículo da Escola Municipal José Américo de Lacerda, é constituído por duas grades para atender às modalidades de ensino oferecidas (Anexo 1). Na Educação Infantil a duração do módulo-aula é de sessenta minutos; duzentos dias letivos anuais; quarenta semanas anuais; cinco dias semanais; com carga horária anual de oitocentos e cinquenta horas.

O recreio tem a duração de quinze minutos e o turno, de quatro horas e quinze minutos. No seu eixo de trabalho busca-se a formação pessoal, social e conhecimento de mundo com Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, a duração do módulo-aula é de quarenta e oito minutos e do sexto ao nono ano a duração é de cinquenta minutos.

Os dias letivos são (duzentos); com quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; sendo a carga horária anual do primeiro ao quinto ano de oitocentas horas e do sexto ao nono ano de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos. A duração do turno do primeiro ao quinto ano é de quatro horas e quinze minutos, do sexto ao nono ano é de quatro horas e vinte cinco minutos, tendo o recreio duração de quinze minutos.

Os componentes curriculares estão divididos em duas áreas de conhecimento. Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Na Base Nacional Comum do Ciclo de Alfabetização (primeiro ano) a escola oferece Língua Portuguesa e Matemática, com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais. Oferece também Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada oferece Música e Psicomotricidade com duas aulas semanais, e Natureza e Sociedade com uma aula semanal.

No Ciclo de Alfabetização (segundo e terceiro ano), na Base Nacional Comum, Língua Portuguesa e Matemática com seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal. E no Ciclo Complementar (quarto e quinto ano) na Base Nacional Comum, Língua Portuguesa com seis aulas semanais, Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês uma aula semanal.

Nos anos finais (sexto e sétimo ano) na Base Nacional Comum, são oferecidas Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências com quatro aulas semanais, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal. E na parte diversificada, Inglês com duas aulas semanais.

Nos anos finais (oitavo e nono ano) na Base Nacional Comum, Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada oferece o Inglês com duas aulas semanais.

Enfim, o Plano Curricular, da Escola Municipal José Américo de Lacerda, reflete as necessidades dos educandos, a forma de organização do trabalho escolar, a organização dos conteúdos e metodologias apropriadas à construção social do conhecimento, para cada série e disciplina, contendo informações necessárias sobre a matéria, como ensiná-la e como avaliá-la. Ou seja, o currículo é sempre reformulado em função do aluno e visa tornar a escola um ambiente que atende e respeita às diferenças e valoriza a educação.

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A relações intra e extra escolares ajudam os alunos a conhecerem o mundo, a pensar e agir sobre ele. Torna-se necessário então, tornar o ambiente escolar mais favorável ao convívio social e mais coerente com o desenvolvimento do sujeito. Neste contexto, a Escola Municipal José Américo de Lacerda trabalha com ciclos de formação, sendo que essa organização apresenta características atraentes relativas ao ritmo, à diversidade e à liberdade.

“Uma Nenhuma escola constrói o PPP sem estar verdadeiramente comprometida com a democracia sem estar fortemente ancorada no conhecimento da comunidade que esta inserida e para qual deve sempre voltar sua ações”. (PERES; 2002, p. 184).

Pode-se afirmar que o modo de organizar o tempo de conhecimento escolar, é sempre marcada pela fragmentação do dia letivo, e o currículo é organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O ano letivo conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é dividido em, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar (Anexo 2).

A carga horária mínima de oitocentas horas, com a duração diária da jornada escolar de no mínimo de quatro horas e quinze minutos para a Educação Infantil e Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização, e nos Anos Finais a duração é de no mínimo de quatro horas e vinte e cinco minutos, incluindo o tempo destinado ao descanso dos alunos e professores (recreio) que não ultrapassa quinze minutos.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda atende a dois turnos, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental (primeiro ao nono ano). O Ensino Fundamental, com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro finais, implantado pela SEE/MG. Nos anos iniciais, a organização escolar do Ensino Fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização, sendo o primeiro o Ciclo Inicial de Alfabetização (primeiro, segundo e terceiro ano) com duração de três anos e o segundo, o Ciclo Complementar de Alfabetização (quarto e quinto ano) com duração de dois anos.

De acordo com o Regimento Escolar, no final de cada ciclo há retenção. É retido o aluno que não alcança a média mínima de pontos pretendida (sessenta por cento). No primeiro e segundo ano do Ciclo Inicial e no quarto ano do ciclo complementar de Alfabetização, são atribuídos conceitos para cada conteúdo estudado na forma regulada pelo Sistema de Ensino de Minas Gerais, garantida nesta etapa a progressão continuada.

No terceiro e quinto ano, assim como para o ensino do sexto ao nono ano, são atribuídos pontos, sendo a promoção do aluno de um ano para outro, condicionada a sua aprovação. São ministradas aos alunos do sexto ao nono ano, cinco aulas diárias, com duração de cinquenta minutos cada uma. A estrutura do ensino é decorrente do desenvolvimento do ser humano entendendo que os seres humanos são muito diferentes entre si, deve se organizar e completar estas diferenças garantindo ao aluno um período de trabalho, conforme seu ritmo e suas particularidades.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática, representa um dos princípios consagrados pela Constituição Federal (1988) e pela LDBEN que em seu artigo 12 propõe um processo de articulação com a família e a comunidade. Sendo um processo de integração da sociedade e da escola, surge a necessidade de buscar e valorizar a participação dos pais e responsáveis.

É importante no contexto em estudo, que a família tome sempre conhecimento sobre o rendimento dos alunos, assim como o processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) considerando os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. Ou seja, as decisões desta escola são tomadas de forma coletiva e transparente.

Porém, alguns pais e responsáveis têm deixado a desejar no sentido de sua efetiva participação na vida escolar de seus filhos. Sabe-se que a participação de pais e responsáveis deve ser incentivada de maneira a tornar-se uma realidade dentro da escola, pois não basta a força da lei, a escola precisa ter o apoio da comunidade e deve ser aceita por todos, dentro e fora da escola.

“ A escola publica que desejo é a escola onde tem um lugar de destaque, a apreensão crítica do conhecimento significativo, através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular o saber pelas experiências no mundo”. (FREIRE, 2001, p. 81).

A Escola Municipal José Américo de Lacerda conta os seguintes segmentos nos processos de decisão: Conselho do Caixa Escolar; Conselho de Classe e Conselho de Avaliação de Desempenho. O Conselho do Caixa Escolar desta instituição, fundado em 17/4/1997, tem por função apoiar e dar assistência nas decisões, no que se refere ao repasse e aplicabilidade das verbas recebidas. Neste caso são registradas em atas e assinada por todos os membros participantes.

O Conselho do Caixa Escolar representa a junção de esforços e objetivos que são caracterizados principalmente por interagir junto à escola como instrumento de transformação de ações, promovendo o bem-estar da comunidade e do ponto de vista educativo, cultural e social; Promover a aproximação e a cooperação dos

membros da comunidade pelas atividades escolares; Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola.

Outros fatores que caracterizam os conselhos da escola são a cooperação na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar; A administração de acordo com as normas legais que regem os recursos, convênios, doações e arrecadações da entidade entre outros.

O Conselho de Classe é formado por um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do educando, auxiliando assim, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Tem como objetivo avaliar o desempenho de cada educando nas ações escolares do bimestre, verificar as necessidades de cada aluno e procurar sanar as dificuldades encontradas.

O Conselho de Avaliação de Desempenho tem como finalidade avaliar o desempenho dos funcionários da escola. É constituído por uma comissão efetiva e de outra suplente (para o caso de impossibilidade de participação do membro efetivo da comissão no dia da reunião). Esta comissão é constituída por funcionários efetivos que já tenham cumprido o período do estágio probatório. Durante as reuniões da Comissão de Avaliação faz-se necessário lavrar uma ata para fins de registro escolar.

A Comissão de Avaliação da Escola Municipal José Américo de Lacerda é composta por um presidente que é o gestor da escola; um vice, de acordo com o turno em que trabalha; um representante da equipe pedagógica por turno; um secretário; um representante de funcionários por setor e dois representantes de professores por turno.

Além de avaliar o currículo anual, indicar o que mais se ajusta aos alunos e orientar o planejamento de trabalhos e projetos, os conselhos participam também enturmação dos alunos para o ano letivo; ajudam a estabelecer objetivos a serem alcançados em cada componente curricular; planejam as diversas estratégias de avaliação; estabelecem critérios de seleção de componentes curriculares; elaboram projetos coletivos de ensino e atividades; acompanham o desempenho dos alunos.

Desta forma as decisões tomadas na Escola Municipal José Américo de Lacerda são transparentes, pois contam com representantes de todos segmentos de trabalho da escola envolvidos no processo ensino-aprendizagem da instituição e também da comunidade local. Caracteriza-se, portanto, uma gestão verdadeiramente democrática e participativa.

6 RELAÇÕES DE TRABALHO

A Gestão da Escola Municipal José Américo de Lacerda, juntamente à sua comunidade, garante o funcionamento dos serviços escolares e o alcance dos objetivos educacionais definidos no seu Projeto Político Pedagógico (PPP). É composta pelo gestor e pelos vice diretores designados em ato próprio, pelo Prefeito do Município de Nova Serrana.

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento desta unidade e os funcionários escola são aprovados em concursos públicos de provas e títulos e nomeados através da Secretaria Municipal de Educação. São efetivados após três anos de estágio probatório e se necessário, em alguns casos são designados pela escala dos concursados não nomeados. São regidos por estatuto próprio, desvinculado da legislação trabalhista comum, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A Administração Municipal rege-se por normas próprias que obedecem aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O relacionamento entre os profissionais da Escola Municipal José Américo de Lacerda são reguladas na civilidade, na atitude de companheirismo e principalmente no respeito mútuo.

Uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos pressupõe reconhecimento da diversidade. Saber que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser diferente, único e singular, exige um aprofundamento no respeito pelo outro e na compreensão do outro. Requer que se trabalhem não apenas os espaços externos, aos ambientes de aprendizagem onde acontecem as relações, mas, sobretudo o espaço interno de cada um de nós, possibilitando o autoconhecimento e, como consequência, o reconhecimento do outro (ABREU; MOURA, 2001, p. 112).

E neste contexto, o gestor como coordenador geral da escola exerce sua gestão com autoridade, sendo o responsável por tudo que se passa na escola; Está sempre atento às consequências educativas de suas decisões e atos e assume a liderança para atingir os objetivos propostos pela escola. O papel do gestor consiste então, em fazer com que esta instituição escolar atinja todos os seus objetivos de forma plena e harmoniosa, com as relações pautadas na solidariedade, reciprocidade e respeito

mútuo entre todos os segmentos da escola, entre os profissionais, alunos e principalmente com a comunidade local.

7 AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida como fonte principal de informação e reformulação de práticas educativas que possibilitem a formação integral do aluno, onde os processos devem considerar a compreensão dos fatos e a aplicação dos conhecimentos, habilidades, atitudes e automatismos adquiridos pelo aluno, evitando-se a aferição de dados que envolvam apenas a memorização.

A avaliação no contexto da Escola Municipal José Américo de Lacerda é um processo contínuo, que tem como objetivo principal analisar o conhecimento, as atividades e fatos no dia a dia. Utiliza-se para esse fim, diversos instrumentos que têm objetivos claros e bem definidos. Na visão dos profissionais, a avaliação é um processo que permite compreender o objetivo e não apenas uma visão diagnóstica ou uma comparação entre objetivos, metas e resultados. Avaliar consiste então, em compreender a realidade e aperfeiçoá-la.

Nesta instituição, tanto os alunos quanto os profissionais e a instituição, por meio de questionários respondidos pelos funcionários, pais, alunos e outros sujeitos envolvidos diretamente com a atividade da escola, são avaliados.

São realizadas também as avaliações externas que é um sistema utilizado pelo Governo Federal e de Minas Gerais para medir o grau de desenvolvimento e aprendizado dos alunos matriculados nas Escolas Públicas do Estado (estaduais e municipais), como a Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB) e Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA).

O Projeto Político Pedagógico deve proporcionar condições específicas de reflexão e crítica da organização do trabalho pedagógico como um todo, através do processo de avaliar e reavaliar. Este documento oferece também condições de novas formas de organização de trabalho, ajuda no fortalecimento da equipe escolar e da gestão democrática e participativa.

Por isso, é fundamental que a gestão ocorra de forma colegiada, através dos Conselhos com funções consultivas e deliberativas nas questões pedagógicas administrativas e financeiras.

A avaliação do PPP é indispensável na escola, pois ele está em permanente processo de desenvolvimento, não é estático e envolve todos os segmentos da instituição. Portanto, sua avaliação se faz nas várias ações desenvolvidas na escola, assim é possível verificar o crescimento da comunidade escolar e da própria instituição de ensino. A avaliação, portanto, é realizada por observações contínuas de toda instituição.

Na Escola Municipal José Américo de Lacerda, semestralmente ocorre a avaliação de desempenho do profissional por meio de uma auto avaliação e pela comissão de avaliação, formada através de votos de todos os segmentos da instituição. As avaliações escolares ocorrem durante todo o ano letivo e o aluno é avaliado através de recursos variados como observações, trabalho em equipe e individuais, pesquisas, provas, estudos dirigidos, experimentos, etc.

O professor regente faz um trabalho de recuperação simultaneamente ao processo educativo, para garantir ao educando a superação de dificuldades na sua trajetória escolar e ao final do ano letivo, com aulas ministradas pelo próprio professor. A avaliação do desempenho do aluno é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação também é formativa; pois são atribuídas notas, sendo cem o número de pontos cumulativos que cada aluno pode conseguir durante o ano letivo, em cada conteúdo. Os cem pontos atribuídos são distribuídos da seguinte forma: Em cada bimestre são registrados 25 pontos. No total de quatro bimestres são distribuídos os cem pontos anuais.

Na concepção de Sant'anna (1995, p. 7), a avaliação escolar é "o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional".

Considera-se aprovado nesta escola, o aluno que alcança frequência mínima de setenta e cinco por cento e aproveitamento mínimo de sessenta pontos cumulados em cada conteúdo curricular. Os resultados das avaliações é o caminho para análise e recuperação. A recuperação acontece permanentemente ao longo do ano letivo em que o aluno está recuperando o conhecimento perdido e paralelamente tem a sua nota.

O aluno que não obtém o aproveitamento mínimo de sessenta por cento no conteúdo tem o direito a recuperação feita logo após as avaliações do bimestre. É adotada a progressão parcial nos quatro anos finais do Ensino Fundamental e é beneficiado o aluno que não atinge o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

É retido no ano em curso o aluno que não atinge o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, inclui-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial. No último ano do Ensino Fundamental, se o aluno não atinge o desempenho mínimo em todas as disciplinas, ele fica retido.

7.1 Avaliação no processo de planejamento participativo

O professor da Escola Municipal José Américo de Lacerda, organiza atividades especificamente programadas para o atendimento aos alunos ou grupos que demonstram dificuldades ao longo do processo de aprendizagem. Quanto à transferência, o aproveitamento de estudos é avaliado pelos profissionais da escola, inclusive quando se trata de transferência entre estabelecimentos, classifica-se o aluno de acordo com suas competências, habilidades, idade, série e/ou ciclo.

A classificação dá-se em qualquer ano ou etapa, exceto a primeira do Ensino fundamental da seguinte forma: por progressão continuada para alunos que estão em curso na escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, considerando os componentes da Base Comum Nacional. Independente da escolarização anterior mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano ou etapa adequada.

Para isso é solicitado o Conselho de Classe que elabora e corrige as avaliações e decide pelo ajustamento do candidato ao ano. A Equipe Pedagógica ainda organiza um banco de provas, de todos os anos e conteúdos, para facilitar a classificação dos alunos que dela necessitam. A aplicação das provas, elaboração das atas e encaminhamento dos resultados à secretaria fica a cargo da Equipe Pedagógica. A reclassificação pode acontecer quando se trata de transferência entre estabelecimento do país e do exterior, independente de escolarização anterior.

Considera-se evadido o aluno faltoso por mais de cinquenta dias letivos consecutivos e para o aluno com frequência inferior a setenta e cinco por cento após o término de cada ciclo ou ano. A reclassificação é decorrente de decisão de uma comissão presidida pelo gestor da escola, com a participação de representantes docentes do nível no qual o aluno é classificado (Ensino Fundamental), bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação ou supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação são encaminhados pela Equipe Pedagógica à secretaria que fica encarregada de fazer o seu arquivo na pasta individual do aluno na escola. O aluno com frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento, e com aproveitamento abaixo da média nos conteúdos, tem direito a uma prova final de reclassificação.

O rendimento escolar é divulgado através de reuniões bimestrais, com a presença dos pais e educadores. Caso o aluno não tenha um rendimento escolar satisfatório ou condizente com ano e turma, os pais são chamados em qualquer época e é exposta a situação do mesmo para a procura de soluções, em conjunto.

As reuniões pedagógicas acontecem de acordo com a disponibilidade dos profissionais, como muitos não residem no município, os professores da Educação Infantil ao quinto ano se reúnem uma vez por semana na segunda feira uma hora e meia e os professores do sexto ao nono ano se reúnem uma vez por mês, no primeiro sábado, totalizando seis horas mensais.

Nas reuniões pedagógicas são discutidos os conteúdos programáticos, inserindo-os na realidade. São discutidos metodologias e materiais didáticos. Nessas reuniões também são discutidos assuntos de ordem administrativa. Desta maneira, a escola procura avaliar e promover o desenvolvimento do educando e a incentivá-lo a avançar e procurar formas de transformar o meio em que ele vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um norte a seguir e a escola tem de se direcionar e avaliar essa direção no sentido de atingir seus objetivos. É um momento de ajustar todo o coletivo da escola para que possa decidir, coletivamente, os rumos que ela deve seguir. Desta forma, pode-se dizer que com reflexões e estudos a escola constrói sua identidade de forma a atingir seus principais objetivos que é a de formar um cidadão participativo, crítico, responsável e compromissado.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o resultado positivo da interação dos objetivos e prioridades feitas pela coletividade na Escola Municipal José Américo de Lacerda, que deseja, através da ação-reflexão-ação a realização de uma nova realidade. Para atingir os objetivos a avaliação deve estar sempre presente, pois só é possível saber os rumos a tomar se existe um acompanhamento permanente do trabalho de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem. Neste sentido, a sua implementação torna-se uma necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. V. de.; MOURA, E. (orgs). **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília, Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1996.

_____. Estrutura e elementos do PPP: estrutura organizacional, módulo II. *Online*. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/acesso> em 29abril.2013

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Guia do diretor escolar SEE** – MG: instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

PERES, E. T. Dimensão institucional e projeto político- pedagógico da escola. In: SALGADO, M. C. U.; Miranda, G. W. de (orgs.). **Veredas – Formação Superior de professores**: módulo 4 – v. 2, 3 e 4/SEE – MG, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2002.

SANT'ANNA, I. M. **Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 1998

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BARBIER, Jean M. **Elaboração de projetos de ação e planificação**, Porto: Porto Editora, 1996.

SANTOS,BS. Uma concepção multicultural de direitos humanos. IN : LUA NOVA, Revista de cultura e política, Nº 39, São Paulo:1997

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ANEXOS

Anexo A: Grade curricular

Plano Curricular – Ensino Fundamental (09 anos) - Ano : 2013																					
LDB 9394/96 de 20/12/96; Res. 2197/12																					
Escola Municipal “José Américo de Lacerda” – R. Cel. Pacífico Pinto, 1550, B. Santa Luzia - Nova Serrana - MG – Turno: Diurno																					
Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares		Ciclos iniciais										Ciclos finais									
		Ciclo da Alfabetização						Ciclo Complementar				Ciclo Intermediário				Ciclo da Consolidação					
		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano		6º ano		7º ano		8º ano		9º ano			
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	05	160:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	
		Arte	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	-	-	-	-	01	33:20	01	33:20	
		Educação Física	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	Matemática		05	160:00	06	192:00	06	192:00	05	160:00	05	160:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	
	Ciências da Natureza		02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	04	133:20	04	133:20	03	100:00	03	100:00	
	Ciências Humanas	Geografia	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
		História	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
	Ensino Religioso		01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
	Parte Divers.	Linguagens	LEM -Inglês	-	-	-	-	-	-	01	32:00	01	32:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
			Música	02	64:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Psicomotricidade		02	64:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ciências Humanas		Natureza e Sociedade	01	32:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL		25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20		
Indicadores Fixos										Observações:											
Ciclos iniciais					Ciclos finais:					<p>Lei 12.491/97 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.</p> <p>Lei 12.767/98 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada a todos os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências.</p> <p>Lei 13.411/99 – Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/08 – História e Cultura Afro - Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.</p> <p>Lei 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História.</p> <p>Lei federal 11769/08 – Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte.</p> <p>Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.</p>											
Módulo aula: 48' (quarenta e oito minutos)					Módulo aula: 50' (cinquenta minutos)																
Dias Letivos anuais: 200 (duzentos)					Dias Letivos anuais: 200 (duzentos)																
Semanas Letivas: 40 (quarenta)					Semanas Letivas: 40 (quarenta)																
Carga Horária Anual: 800 horas					Carga Horária anual: 833:20																
Duração do turno: 4:15' (quatro horas e quinze minutos)					Duração do turno: 4:25' (quatro horas e vinte e cinco minutos)																
Duração do recreio: 15' (quinze minutos)					Duração do recreio: 15' (quinze minutos)																
Legenda:																					
AS – Aulas Semanais																					
CHA – Carga Horária Anual																					
Diretor:										Inspetor:											
Odaísa Ap. dos Santos Rocha																					

PLANO CURRICULAR
ESCOLA MUNICIPAL: "JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA"
 MUNICÍPIO: NOVA SERRANA – ANO: 2013
 Endereço: Rua Coronel Pacífico Pinto, 1550 – Bairro: Santa Luzia

Nível de Ensino: ED. INFANTIL – Turno: Diurno



Eixo de Trabalho		2º Período (5 anos de idade)	
		AS	CHA
Formação Pessoal e Social. Conhecimentos de Mundo	Identidade e Autonomia	03	120:00
	Movimento	02	80:00
	Música	03	120:00
	Artes Visuais	02	80:00
	Linguagem Oral e Escrita	04	160:00
	Natureza e Sociedade	02	80:00
	Matemática	04	160:00
SUBTOTAL		20	800
RECREIO		15 minutos/dia = 50 horas/ano	
TOTAL		850 HORAS	

INDICADORES FIXOS:

Duração do Módulo-Aula: 60 (sessenta) minutos
 Dias Letivos Anuais: 200 (duzentos)
 Semanas Anuais: 40 (quarenta)
 Nº. de dias semanais: 05 (cinco) dias
 Carga Horária Anual: 850 (oitocentos e cinquenta) horas
 Duração do Recreio: 15 (quinze) minutos
 Duração do Turno: 4:15 horas

OBSERVAÇÃO: Lei 9795/99 - Educação Ambiental será integrada e continua como prática educativa permanente no conteúdo Natureza e Sociedade

Legenda: AS - Aulas Semanais

CHA - Carga Horária Anual.

Adriana Ap. dos Santos Rocha.
 Diretor(a) da Escola

Inspetor(a) escolar

Anexo B: Calendário escolar

Ano -2013

200 Dias Letivos

FEVEREIRO

11 dias

S	T	Q	Q	S
			14	15
18	19	20	21	22
25	26	27	28	

1º BIMESTRE: 52 DIAS

MARÇO

19 dias

S	T	Q	Q	S
				01
04	05	06	07	08
11	12	13	14	15
18	19	20	21	22
25	26	27		

ABRIL

22 dias

S	T	Q	Q	S
01	02	03	04	05
08	09	10	11	12
15	16	17	18	19
22	23	24	25	26
29	30			

MAIO

19 dias

S	T	Q	Q	S
			02	03
06	07	08	09	10
13	14	15	16	
20	21	22	23	24
27	28	29		

2º BIMESTRE: 55 DIAS

JUNHO

21 dias

S	T	Q	Q	S
03	04	05	06	07
10	11		13	14 15
17	18	19	20	21
24	25	26	27	28 29

JULHO

15 dias

S	T	Q	Q	S
01	02	03	04	05
08	09	10	11	12
15	16	17	18	19

15 e 29/ Jul → Dias Letivos, lançar somente quem tem aula na 6ª feira (Jogada). Para 1º ao 5º anos, lançar normalmente.

AGOSTO

20 dias

S	T	Q	Q	S
05	06	07	08	09
12	13	14	15	16
19	20	21	22	23
26	27	28	29	30

3º BIMESTRE: 42 DIAS

SETEMBRO

22 dias

S	T	Q	Q	S
02	03	04	05	06 07
09	10	11	12	13
16	17	18	19	20
23	24	25	26	27
30				

07/ Set. → Dia Letivo, lançar somente quem tem aula na 6ª feira (Jogada).

OUTUBRO

18 dias

S	T	Q	Q	S
	01	02	03	04
07	08	09	10	11
21	22	23	24	25
28	29	30	31	

4º BIMESTRE: 51 DIAS

NOVEMBRO

20 dias

S	T	Q	Q	S
				01
04	05	06	07	08
11	12	13	14	
18	19	20	21	22
25	26	27	28	29

DEZEMBRO

13 dias

S	T	Q	Q	S
		02	04	03 05
09	10	11		13
16	17	18	19	

02/e 04/Dez → Dias Letivos, lançar somente quem tem aula na 4ª feira (Jogada).
03 e 05/Dez → Dias Letivos, lançar somente quem tem aula na 5ª feira (Jogada).